

*Maria
Mafra
S
L*

CENTRO SOCIAL DA PAROQUIA DE PENAMAIOR

Anexo

13 de Abril de 2016

Maria
Amorim
SA

Índice

1	Identificação da Entidade.....
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras
3	Principais Políticas Contabilísticas
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....
5	Activos Fixos Tangíveis.....
6	Activos Intangíveis
7	Inventários
8	Rédito
9	Subsídios do Governo e apoios do Governo
10	Benefícios dos empregados
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....
12	Outras Informações.....
12.1	Investimentos Financeiros
12.2	Clientes e Utentes
12.3	Outras contas a receber.....
12.4	Diferimentos
12.10	Outros Activos Financeiros
12.5	Caixa e Depósitos Bancários
12.6	Fundos Patrimoniais.....
12.7	Fornecedores
12.8	Estado e Outros Entes Públicos.....
12.9	Outras Contas a Pagar.....
12.10	Outros Activos Financeiros
12.11	Subsídios, doações e legados à exploração
12.12	Fornecimentos e serviços externos
12.13	Outros rendimentos e ganhos
12.14	Outros gastos e perdas
12.15	Resultados Financeiros
12.16	Acontecimentos após data de Balanço.....

1 Identificação da Entidade

A "CENTRO SOCIAL DA PAROQUIA DE PENAMAIOR" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "" com estatutos publicados no Diário da República n.º , Série II, com sede em RUA PRESA DO MONTE 113. Tem como atividade para que possa prosseguir os seguintes objectivos:

- O social

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2015 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Activos Fixos Tangíveis

Os “Activos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activa, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2 Activos Intangíveis

Os “Activos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

3.2.3 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP).

3.2.4 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao custo de aquisição.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Cientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

Manoel
Allyson
SH

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2014 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2014					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios outras construções	960.482,46	7.599,00				968.081,46
Equipamento básico	178.411,19	11.779,00				190.190,19
Equipamento de transporte	76.754,28	4.216,74				80.971,02
Equipamento administrativo	45.678,82	333,33				46.012,15
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00					0,00
Total	1.261.326,75	0,00	0,00	0,00	0,00	1.285.254,82
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios outras construções	472.146,14	18.464,93				490.611,72
Equipamento básico	164.781,72	4.813,39				169.595,11
Equipamento de transporte	76.754,38	843,35				77.597,73
Equipamento administrativo	43.230,50	617,76				43.848,26
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00					0,00
Total	756.912,74	24.739,43	0,00	0,00	0,00	781.652,17
2014						
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final		
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00			0,00		
Edifícios e outras construções	0,00			0,00		
Equipamento básico	0,00			0,00		
Equipamento de transporte	0,00			0,00		
Equipamento biológico	0,00			0,00		
Equipamento administrativo	0,00			0,00		
Outros Activos fixos tangíveis	0,00			0,00		
Total	0,00	0,00	0,00	0,00		

Descrição	2015					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios outras construções	968.081,46	48.952,38				1.017.033,83
Equipamento básico	190.190,19	2.386,07				192.576,26
Equipamento de transporte	80.971,02	4.795,00				85.766,02
Equipamento administrativo	46.012,15	1.801,10				47.813,26
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00	1.941,65				1.941,65
Total	1.285.254,82	59.876,50	0,00	0,00	0,00	1.345.131,02
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios outras construções	490.611,72	23.360,17				513.971,24
Equipamento básico	169.595,11	4.648,26				174.243,37
Equipamento de transporte	77.597,73	1.802,35				79.400,08
Equipamento administrativo	43.848,26	1.006,02				45.120,06
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00					0,00
Total	781.652,17	31.082,58	0,00	0,00	0,00	812.734,75

6 Ativos Intangíveis

Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2014 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2014					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	3.441,71					3.441,71
Outros Activos intangíveis	0,00					0,00
Total	3.441,71	0,00	0,00	0,00	0,00	3.441,71
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	3.441,71					3.441,71
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Activos intangíveis	0,00					0,00
Total	3.441,71	0,00	0,00	0,00	0,00	3.441,71

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	3.441,71	1.113,07				4.554,78
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Activos intangíveis	0,00					0,00
Total	3.441,71	1.113,07	0,00	0,00	0,00	4.554,78
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	3.441,71	370,99				3.812,70
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Activos intangíveis	0,00					0,00
Total	3.441,71	370,99	0,00	0,00	0,00	3.812,70

7 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2014				2015		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.517,60	63.174,97	0,00	140,00	69.360,50	0,00	163,47
Total	1.517,60	63.174,97	0,00	140,00	69.360,50	0,00	163,47
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				64.416,37			69.152,53

8 Rédito

Para os períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2015	2014
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	198.440,38	180.669,64
Quotas e jóias	0,00	0,00
Promoções para captação de recursos	10.797,95	230,00
		4.310,00
Juros	0,00	223,63
Total	209.238,33	185.433,27

Manoel
M. J. F.
S. J.
R. J.

9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2015	2014
Subsídios do Governo		
	407.105,25	453.659,52
Apoios do Governo		
Total	407.105,25	453.659,52

10 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos directivos, nos períodos de 2015 e 2014, foram, respetivamente "5" e "5". Os órgãos directivos não usufruem quaisquer remunerações.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2015 foi de "33" e em 31/12/2014 foi de "37".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2015	2014
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	348.090,68	329.057,35
Encargos sobre as Remunerações	74.280,19	69.339,70
Seguros Acidentes Trabalho Doenças profissionais	4.816,19	5.376,90
Outros Gastos com o Pessoal	660,00	660,00
Total	427.847,06	404.433,95

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2015	2014
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	411,05	167,86
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	411,05	167,86

12.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2015 e 2014 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2015	2014
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	25.907,20	20.780,80
Clientes e Utentes títulos a receber		
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	25.907,20	20.780,80

12.3 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a seguinte decomposição:

Descrição	2015	2014
Remunerações a pagar ao pessoal	2.090,64	-785,85
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	182.942,44	179.659,68
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	185.033,08	178.873,83

*Manoel
MFA
S
A*

12.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2015	2014
Gastos a Reconhecer		
	2.399,06	2.526,96
Total	2.399,06	2.526,96
Rendimentos a Reconhecer		
Total	0,00	0,00

12.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2015	2014
Caixa	2.004,50	1.422,16
Depósitos à ordem	10.794,99	51.956,98
Depósitos a prazo	30.000,00	50.000,00
Outros		
Total	42.799,49	103.379,14

12.6 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	644.679,33	0,00	0,00	644.679,33
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	59.739,29	30.809,95	0,00	90.549,24
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	704.418,62	30.809,95	0,00	735.228,57

12.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Fornecedores c/c	11.695,20	8.453,31
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores facturas em recepção e conferência	0,00	0,00
Total	11.695,20	8.453,31

12.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	2,17	55,92
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	9.726,99	5.242,25
Outros Impostos e Taxas	17,59	15,31
Total	9.746,75	5.313,48
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2.638,27	2.638,27
Imposto sobre Rendimentos Pessoas Singular (IRS)	2.278,75	0,00
Segurança Social	7.821,44	9.330,21
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	12.738,46	11.968,48

12.9 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2015		2014	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		0,00		785,85
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		2.928,55		410,00
Credores por acréscimo de gastos		0,00		0,00
Outros credores		72.273,46		-179.659,68
Total	0,00	75.202,01	0,00	-178.463,83

12.10 Outros Ativos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2015	2014
Total	876,02	517,00

12.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2015 e 2014, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2015	2014
Subsídios do Estado e outros entes públicos	407.085,25	421.805,48
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	20,00	31.854,04
Legados	0,00	0,00
Total	407.105,25	453.659,52

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9.

12.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, foi a seguinte:

Descrição	2015	2014
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	28.059,95	27.029,18
Materiais	7.326,28	5.952,16
Energia e fluidos	31.348,54	29.949,87
Deslocações, estadas e transportes	17.929,75	14.840,50
Serviços diversos	37.707,53	36.700,02
Total	122.372,05	114.471,73

12.13 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	63,69	84,36
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	160,00	178,55
Outros rendimentos e ganhos	469,96	6.348,90
Total	693,65	6.611,81

12.14 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Impostos	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	7,50
Outros Gastos e Perdas	601,79	6.825,60
Total	601,79	6.833,10

Handwritten notes and signatures in blue ink:
 Anexo
 13/4/16
 S.A.
 [Signature]

12.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2015	2014
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	0,07
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	0,00	0,07
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	223,63
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	0,00	223,63
Resultados Financeiros	0,00	223,56

12.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2015.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2015 foram aprovadas pela Direção e Conselho Fiscal em 13 de Abril de 2016.

PENAMAIOR, 13 de Abril de 2016

O Técnico Oficial de Contas

[Handwritten signature]

A Direcção

[Handwritten signature]